

“O QUE UM MORADOR DE RUA PODE FAZER NESTA SITUAÇÃO?” – UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO DE ALBERGUES E ABRIGOS EM *STREET PAPERS* BRASILEIROS

*“What a homeless can do in this situation?”
A critical discourse analysis of the representation of hostels
and shelters in Brazilian street papers*

*María del Pilar Tobar Acosta*¹

*Andreia Alves dos Santos*²

*Gersiney Pablo Santos*³

ABSTRACT

The present article brings an overview of our Master's research on newspapers and magazines targeting people in street situation. In our study, we analyzed texts published on the three following street papers: Boca de Rua, Aurora da

1. Mestra e doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL – UnB, Brasil). Professora de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Atualmente, inicia uma investigação de doutorado em Análise de Discurso Crítica sobre a construção discursiva da violência contra grupos sociais desprivilegiados, em textos veiculados em ambientes virtuais.
2. Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL – UnB, Brasil). Especialista em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade da Terra de Brasília. Professora de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Atualmente, desenvolve uma investigação de mestrado em Análise de Discurso Crítica sobre a representação da situação de rua no *street paper* Boca de Rua.
3. Mestre e doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL – UnB, Brasil). Desenvolveu pesquisa de mestrado intitulada “O jornal Aurora da rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico”. Atualmente, inicia investigação sobre ação, representação e identificação discursivas de atores sociais no âmbito do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC).

Rua, and Ocas, which are the product of the direct discursive action of people who find themselves in street situation, focusing on the representations that build the welfare network of the State Governments for the population in street situation. From this analysis, we propose a socially critical explanation about the existing contradictions in welfare systems that do not aid and whose keynote is the systemic and systematic violence from the perspective of its users who discursively re-contextualize the treatment given in shelters, hotels and lodgings of the network.

Keywords: *critical discourse analysis; extreme poverty; street situation; alternative media; street papers.*

RESUMO

O presente artigo traz um recorte de nossas investigações de mestrado acerca de jornais e revistas orientados para as situações de rua. Nele, analisamos textos publicados nos Street papers Boca de Rua, Aurora da Rua, e Ocas”, que são produto da ação discursiva direta de pessoas em situações de rua, focalizando as representações que constroem sobre a rede de assistência à população em situações de rua de governos estaduais. A partir dessa análise, propomos uma explanação crítica social sobre contradições existentes em sistemas assistenciais que não auxiliam e em que a tônica é a violência sistêmica e sistematizada, a partir do prisma de seus/suas usuários/as que recontextualizam discursivamente o tratamento dispensado em albergues, abrigos e hotéis da rede.

Palavras-chave: *análise de discurso crítica; pobreza extrema; situações de rua; mídia alternativa; street papers.*

Introdução

As situações de rua são consequência direta dos processos internos ao sistema capitalista, que necessitam da oposição de grupos sociais em polos de acumulação e de escassez, tanto de recursos materiais como simbólicos. A pobreza é um problema social complexo, que para além de ser uma categoria meramente econômica se configura, acima de tudo, como uma categoria política (SANTOS, 1978).

Em razão da apartação social, originada no bojo dessa oposição, emergem iniciativas que visam promover o respeito aos direitos

mínimos de pessoas em situações de rua, tais como a Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), de Porto Alegre, a Comunidade da Trindade, de Salvador, e a Organização Civil de Ação Social (OCAS), de São Paulo e do Rio de Janeiro, que promovem a produção e distribuição de periódicos destinados à população em situações de rua: respectivamente, os jornais *Boca de Rua* e *Aurora da Rua* e a revista *Ocas*".⁴

No presente trabalho, apresentamos o resultado do cruzamento das pesquisas de mestrado levadas a cabo por nós. Nele, realizamos

4. A Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) é uma organização não governamental que busca desenvolver projetos voltados para o social, com atuação no Rio Grande do Sul, especialmente, em Porto Alegre. "estimula as mídias alternativas entre populações sem representação na mídia, em especial as de baixa renda. Além de proporcionar um canal de voz – que garanta a visibilidade de tais grupos – utiliza a comunicação como um meio de incluir, incentivar a auto-estima e instigar o debate sobre direitos, formas de organização e alternativas de renda". O *Boca de Rua* é um exemplo disso. Desde agosto de 2000, a Alice apoia o projeto no qual a produção e distribuição deste jornal é feita pelas trinta pessoas em situação de rua partícipes do projeto, constituindo, para elas, uma fonte alternativa de renda (Disponível em: <http://www.alice.org.br/?page_id=941>. Acesso em fevereiro de 2013).

O 'street paper' baiano *Aurora da Rua* é produzido na Comunidade da Santíssima Trindade. Localizado na cidade de Salvador, desde 2000, o espaço da Trindade desempenha atividades de acolhimento e apoio à população em situação de rua. Iniciado em 2007, o jornal *Aurora da Rua* é um dos projetos da Trindade cuja principal proposta se fundamenta na representação diferenciada da situação de rua. Possuindo "uma tiragem de 10.000 exemplares, a publicação é vendida exclusivamente por pessoas em situação de rua. Além de servir de fonte de renda, o periódico pretende ajudar também no processo de reinserção social dos vendedores" (Informação retirada da página oficial do *Aurora da Rua*, disponível em: <<http://www.auroradarua.org.br/jornal.php>>. Acesso em fevereiro de 2013).

A Organização Civil de Ação Social (OCAS) foi criada em 21 de abril de 2001, por um grupo de jornalistas e voluntários/as das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Somente em julho de 2002, foi publicado o primeiro volume da revista *Ocas*". Essa revista é um dos objetos focalizados neste trabalho, e, assim como as outras, configura-se como um street paper (publicação de rua), sendo editada e publicada em São Paulo e distribuída tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro (Brasil), por vendedores/as cadastrados/as e treinados/as na/pela ONG, bem como, por meio de assinaturas, para outras cidades brasileiras. Sua tiragem inicial de cinco mil exemplares, hoje, alcança a casa dos quinze mil exemplares (Disponível em: <<https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/261>>. Acesso em fevereiro de 2013).

análises estruturadas dos textos documentais, empregando diferentes categorias discursivas, relacionando aos três significados do discurso – representacional, identificacional e acional – três eixos temáticos de investigação – “(Auto)Representações”, em que procuramos pesquisar as representações de pessoas em situações de rua e de atores sociais ligados ao governo; “Identidade e resistência”, em que focalizamos as construções identitárias de pessoas em situações de rua; e “Reflexividade e proposições”, em que analisamos ação textual empreendida pelos/as autores/as dos textos e dos periódicos, de forma ampliada.

Nosso artigo organiza-se em três seções: na primeira, apresentamos uma breve análise de conjuntura, articulando as práticas sociais relativas às situações de rua ao foco de nossa investigação que são os *Street Papers* brasileiros; na segunda, pontuamos nosso marco teórico, bem como destacamos a contribuição potencial que nossa investigação pode oferecer por focalizar textos discursivamente contra hegemônicos; na terceira seção, retomamos a síntese de nossos resultados; por fim, apontamos algumas questões para trabalhos futuros.

1. Situações de rua, mobilização social e a interface discursiva

A despeito dos avanços econômicos e da maior atenção a questões sociais no Brasil, promovidos nos últimos anos, a cidadania plena é privilégio de poucos/as, a disparidade social se mantém e muitos/as ainda sofrem as consequências pela distribuição assimétrica de recursos. As situações de rua, como problemática social, constituem uma realidade desconcertante para o cenário brasileiro. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua de abril de 2008, mais de trinta mil brasileiros/as não têm garantido o direito à moradia, à alimentação, à saúde, entre outros.⁵

5. Disponível em: <www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_ rua.pdf>. Acesso em setembro de 2012.

Um contingente populacional enorme não tem, pois, acesso ao direito constitucional amplo de ter assegurada a sua dignidade, sendo essas pessoas privadas de exercer sua cidadania, ficando à margem dos processos de desenvolvimento social.

As políticas para as cidades estão, via de regra, à mercê dos interesses de grupos sociais de grande poder simbólico e material (SANTOS, 2008), e, em função destas, o acesso aos bens sociais fica restringido a poucos/as, sendo a condição de precariedade mantida, e em muitos casos agravada pelo deslocamento de recursos, que deveriam assegurar o bem-estar social amplo, da área social para a área de segurança (WACQUANT, 2001), ou da “mão esquerda” para a “mão direita” do Estado (BOURDIEU, 1998). Assim, o Estado de bem-estar encolhe-se frente a pressões político-econômico-sociais e deixa de cumprir seu papel na sustentação de uma infraestrutura organizacional mínima para o funcionamento da sociedade (WACQUANT, 1997). A esse respeito, Resende e Acosta (no prelo) observam que:

As políticas de erosão das instituições públicas prejudicam principalmente as camadas sociais desprovidas de acesso aos recursos econômicos, culturais e políticos, e que dependem do Estado para exercer a cidadania: no momento em que a globalização neoliberal radicaliza as desigualdades e que a intervenção estatal é mais necessária que nunca para se enfrentar “as iniquidades do mercado”, o Estado se demite de sua função regulatória em nome da primazia do mesmo mercado.

O Estado, no atual quadro do “novo-capitalismo” (FAIRCLOUGH, 2003), demite-se de sua função primordial de garantir o equilíbrio entre os diferentes setores sociais (BOURDIEU, 1998). Em face desse encolhimento do Estado, a mobilização social resulta ser a via subversiva que pode combater, na arena social, a incongruência entre o Estado de direitos e a exclusão social. É assim que emergem Organizações Não Governamentais voltadas para a luta em favor de grupos socialmente desprivilegiados. Essas organizações assumem a prestação de serviços e o exercício do papel outrora

referente ao Estado (SOUSA SANTOS, 2005), tendo elas o potencial de serem catalizadoras de mudanças nas práticas sociais, as quais podem, em um segundo momento, promover mudanças profundas na organização estrutural da sociedade.

Nessa perspectiva, em contrapartida aos processos de comunicação tradicionais, estruturam-se ações discursivas subsidiadas por ONGs, que atuam na produção e distribuição de suportes midiáticos capazes de romper a “quase surdez social” frente a grupos sociais desprivilegiados (RESENDE; ACOSTA, 2011: 2). É o caso das ONGs Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice), Comunidade da Trindade e Organização Civil de Ação Social (OCAS), que editam, publicam e distribuem periódicos destinados para a população em situações de rua: respectivamente os jornais *Boca de Rua* e *Aurora da Rua*, e a revista *Ocas*”. Desse modo, os jornais *Boca de Rua* e *Aurora da Rua*, bem como a revista *Ocas*”, produzidos por essas ONGs, vem criar/ocupar um espaço discursivo que incrementa o debate sobre temas sociais, e em certos casos, possibilita a compreensão do fenômeno da pobreza extrema a partir de outro prisma. Essas publicações apresentam, assim, vias alternativas para a produção de significados sobre as situações de rua e sobre os seres humanos que delas padecem.

2. Análise de Discurso Crítica e textos contra hegemônicos

A Análise de Discurso Crítica (ADC) constitui-se como um arcabouço teórico-metodológico para a investigação de práticas sociais por meio da análise de textos nelas situados. Para a Teoria Social do Discurso (TSD; FAIRCLOUGH, 2001), as práticas sociais são multifacetadas, sendo compostas por diferentes momentos – *discurso* ou *atividade discursiva* (ACOSTA, 2012), atividade material, fenômeno mental e relações sociais (HARVEY, 1992) – que se relacionam dialeticamente, compondo as práticas sociais e sendo, ao mesmo tempo construído dentro dessas práticas. Nesse sentido, a

mudança em qualquer ponto das práticas sociais repercute nos demais e tem o potencial de modificar a prática como um todo. Assim, sendo possível compreender que a mudança discursiva pode afetar todo o sistema, contribuindo para a superação de assimetrias sociais, ou que a repetição de determinadas atividades discursivas pode ter como efeito potencial a reiteração de práticas sociais de dominação e exploração.

A partir dessa operacionalização do conceito de práticas sociais de Harvey (1992), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), propõem um mapeamento ontológico, que define os processos discursivos como elementos ontológicos interconectados com outros momentos (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, sendo viável investigar as práticas sociais, que são extremamente complexas, a partir de sua faceta discursiva. Essa faceta, por sua vez, materializa-se nos textos produzidos em práticas sociais que são o foco das investigações discursivas. Os textos, por sua vez, são o objeto de estudo mínimo, propriamente dito, da investigação em ADC, tendo em vista que os discursos só podem ser mapeados no conjunto textual, por ser o texto a menor parcela linguística capaz de mobilizar significados sociais (MARCHESE, 2011). Por essa razão, Fairclough (2001) observa a primazia do texto para a estruturação do aparato metodológico que constitui a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO).

Ainda conforme o mapeamento ontológico proposto pela TSD a atividade discursiva se organiza em *ordens de discurso*, que por sua vez, são compostas por diferentes instâncias – *discursos*, *estilos* e *gêneros*. Para poder acessar essas diferentes instâncias, a ADC aproxima-se da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (2001) e operacionaliza o conceito de macrofunções, propondo três diferentes significados discursivos: os significados representacional, identificacional e acional (ACOSTA; RESENDE, no prelo). Esses significados, por sua vez, são associados respectivamente a discursos – compreendidos, desse modo, como formas de representar elementos da realidade social –, estilos – compreendidos como formas de identificar(-se) por meio da atividade discursiva, e gêneros – que são formas de agir socialmente por meio da atividade discursiva.

Tendo em vista que cada um dos momentos da atividade discursiva se realiza sistematicamente em traços semióticos específicos (RAMALHO; RESENDE, 2011), a investigação discursiva por meio do texto se viabiliza na consolidação de categorias analíticas como ferramentas básicas para a ADC. Em função dessa relação sistemática, é possível associar prototipicamente categorias analíticas a cada um dos significados do discurso (ACOSTA, 2012). Assim, ao investigar determinado significado articulado em um texto, é possível lançar mão de categorias que lhe são associadas, como, por exemplo, a categoria analítica *estrutura genérica* permite acessar componentes ontológicas que podem estar sendo mobilizadas na tessitura para a construção do significado identificacional.

No que tange nossas investigações, os objetos discursivos escolhidos – os jornais *Aurora da Rua e Boca de Rua* e a revista *Ocas* – têm peculiaridades que os distanciam de objetos tradicionais da ADC. Conforme observamos na seção anterior, tratam-se de três *Street Papers* brasileiros, cuja participação na vida social se dá contextualizada em práticas de mobilização contra a disparidade sócio-político-econômica. Por essa razão, os textos desses periódicos oferecem a possibilidade de se investigar as situações de rua a partir da visão particular de quem está engajado/a na sua superação das práticas de exploração, tendo em vista que são produto da ação de pessoas que sofrem diretamente as consequências da assimetria social e de pessoas que se alinham à causa destes/as.

Em consequência, as estratégias textuais de que lançam mão os/as editores/as e colaboradores/as dos *Street Papers* tendem a ser diferentemente construídas, e a aplicação de categorias analíticas orientadas, *a priori*, para o mapeamento de discursos hegemônicos, tem de ser repensada. Deste modo, a aplicação das ferramentas da ADC aos textos que compõem nossos *corpora*, podem contribuir para o incremento das investigações discursiva. Além disso, nosso foco recai sobre o potencial discursivo para a promoção de mudanças, sob uma perspectiva positiva.

3. Representação, identificação e ação em *Street Papers* brasileiros

Apresentamos, nesta seção, uma síntese das análises discursivas dos textos “Fecharam as pontes. E aí?”, do jornal *Boca de Rua*, “A noite dos albergues”, do jornal *Aurora da Rua*, e ‘Preferi a rua ao hotel/ Quanto vale ou é por quilo?’, da revista *Ocas*. Os dados coletados, a partir desses textos, foram organizados conforme três eixos temáticos de investigação – “(Auto)Representações”, em que procuramos pesquisar as representações de pessoas em situações de rua e de atores sociais ligados ao governo; “Identidade e resistência”, em que focalizamos as construções identitárias de pessoas em situações de rua e “Reflexividade e proposições”, em que analisamos ação textual empreendida pelos/as autores/as dos textos e dos periódicos, de forma ampliada, relacionados aos três significados do discurso (FAIRCLOUGH, 2003) – representacional, identificacional e acional. Cada um desses significados associa-se a categorias discursivas por meio das quais a investigação em ADC é viabilizada, sendo estas a ponte entre a teoria e os dados concretos (conforme explicado na Seção 2). As categorias aqui aplicadas serão descritas à medida que as análises forem estruturadas.

(Auto)representações

O significado representacional articula-se com algumas categorias, a mais evidente é a de ‘representação de atores sociais’ e a de ‘representação de eventos sociais’. Essas categorias foram amplamente exploradas por van Leeuwen (2008), que descreve, dentre outras, a estratégia de se identificar relacionalmente para representar atores sociais em função de suas características e/ou dos papéis que desempenham socialmente. Segundo Resende e Ramalho (2006) as escolhas lexicais em textos podem evidenciar os discursos a que se filiam. Nessa perspectiva, analisar a maneira como se dá textualmente a representação de atores sociais tem demonstrado ser bastante produtivo por permitir que se identifiquem “posicionamentos

ideológicos em relação a eles, bem como a suas atividades” (SILVA, 2009: 67).

Em alguns casos, significados estão em maior ou menor grau relacionados, nesse sentido, é frequente que representar(-se) implica identificar(-se). A esse respeito, Resende (2009, p. 41) observa que “a construção de identidades e de identificações também está ligada aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças”, sendo a forma como se compreende/representa o mundo um meio para a (auto)identificação.

Vejam os Excerto (1), extraído do texto de Sebastião Nicomedes⁶, intitulado “Preferi a rua ao hotel/Quanto vale ou é por quilo?”. À época (fevereiro de 2010), Nicomedes encontrava-se em situação de rua e fora recolhido pela operação “Choque de ordem” promovida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. No excerto, ele representa a dinâmica do albergue em que foi alocado e os grupos de atores sociais que interagem nesse contexto:

- (1) *Monitores e arte-educadores* eram quase todos *policiais*, tanto eles quanto a *coordenadora geral*. Viviam confusos, aplicavam normas de quartel ou de presídio. Sempre mandando, cobrando, advertindo, *nunca ouvindo*. Não gostavam de perguntas, muito menos de respostas. Também pudera: se fossem civis, a coisa ficava fora de controle. Metade do pessoal que saiu deixou buracos nos quartos, dívidas com outros colegas. Essas pessoas nem foram desligadas, esqueceram o caminho de volta, tamanha a dependência química. Da nossa turma, mais da metade foi embora, a maioria por conta própria.

6. Sebastião Nicomedes é identificado em uma inserção feita pela edição da revista por meio de uma nominalização – “A afirmação é de Sebastião Nicomedes” – e por meio de uma identificação relacional – “Ocas” cede espaço ao escritor” (grifos nossos). Assim, além de ser testemunha ocular do evento recontextualizado, trata-se de um ator social que tem uma produção literária anterior que legitima que ocupe a posição de produtor de texto na revista. O acesso aos espaços discursivos por pessoas em situações de rua, em textos da revista *Ocas*” e do jornal *O Trecheiro*, é debatido em profundidade em Acosta, 2012.

Nele, são incluídos atores sociais ligados à instituição – “*monitores*”, “*arte-educadores*” e “*coordenadora geral*”. Os dois primeiros são identificados relacionalmente em função de sua profissão ‘primeira’ – policiais. Em todos os casos, são pessoas que prestam um serviço, mas que são representadas como pessoas que não têm preparo para lidar com o público assistido – “nunca ouvindo” –, e com a gestão dos espaços de do albergue: “Viviam confusos”. A constatação expressa pelo autor de que “quase eram todos policiais” é a tônica que orienta a maneira como a estrutura do albergue se configura dentro do modelo da ‘sociedade disciplinar’, descrito por Foucault (2011 [1975]). Esse dado indica como a questão social passa a ser caso de polícia, tratada com repressão – “Sempre mandando, cobrando, advertindo”.

Paradoxalmente, o autor do texto ao inserir uma ponderação, iniciada por, “Também pudera”, justifica o estado de coisas, pela característica de “dependência química” atribuída a parte do grupo de assistidos/as. Assim, “Metade do pessoal” é identificada relacionalmente como “Essas pessoas”, o que deflagra a alteridade, que “esqueceram o caminho de volta”, que não têm solução para seu vício, e segundo a relação de causa e consequência estabelecida pelo autor, não podem agir de outra forma. Trata-se de uma pressuposição de que o autor lança mão para retratar a situação que presenciou no albergue da prefeitura do Rio de Janeiro. Ainda assim, ao observar que “Essas pessoas não foram desligadas”, Nicomedes pode estar apontando para a falta de programas eficazes para a reinserção social de pessoas que padecem da doença do vício.

Ao cabo do excerto, o autor indica uma projeção quantitativa na afirmação de que do grupo que chegou com ele ao albergue, “mais da metade foi embora”. Esse dado pode indicar a rejeição ao espaço oferecido pelo governo, e “preferiu a rua ao abrigo”, conforme aparece em outro ponto do texto. Na mesma linha de reflexão, ao observar que “a maioria [saiu] por conta própria”, Nicomedes reitera o caráter de rejeição e da opção feita pelos/as assistidos/as. Representando o sistema de assistência como ineficaz e fechado para as realidades de rua.

Na mesma tônica de crítica à precariedade dos serviços prestados em albergues, no texto “A noite dos albergues”, publicado

no periódico *Aurora da Rua*, Maria, que à época se encontrava em situação de rua, traça a representação das particularidades do albergue em que se abrigou:

- (2) A falta de preparo dos funcionários destes espaços para lidar com questões específicas de morador de rua gera problemas. Além disso, a falta de privacidade, tanto no quarto quanto no banho, incomoda. Muitos desses locais são precários e lotados. O que eu fiquei ministrava cursos ou oficinas de cunho profissionalizante ou educativo, mas, na maioria das vezes, eram muito primários e não despertavam o interesse.

O Excerto (2) menciona conflitos referentes à relação de acolhidos com a equipe dos albergues de modo reticente (em “A falta de preparo dos funcionários...”). No caso, Maria relata outros aspectos problemáticos dos albergues e comenta a respeito do quadro de funcionários desses espaços; ela aborda um dos maiores problemas relacionados a políticas sociais: o tratamento dos assistidos. A cidadã em situação de rua apenas levanta a questão, entretanto, não se aprofunda nela, iniciando a oração seguinte com a locução ‘além disso’ – que opera o sentido de ligação semântica de adição (“Além disso, a falta de privacidade...”). As “questões específicas” da pessoa em situação de rua não são colocadas, tampouco os “problemas” são mencionados; a despeito disso, Maria parte para um novo tópico, o da privacidade. Podemos observar que, ao citar a questão do desrespeito ao particular, a cidadã trata, implicitamente, do discurso das liberdades individuais, o que nos leva a perceber que esse é um dos pontos que a incomodam bastante.

Maria elabora, destarte, uma oração em que o agente é a ‘falta de privacidade’, a qual ‘incomoda’ alguém que textualmente não é explicitado/a (que pode ser ela ou outro/a(s), ou ainda ela e outro/a(s)). Ela menciona os itens lexicais ‘banho’ e ‘quarto’, marcando a invasão de momentos de intimidade. Maria critica a qualidade dos espaços, utiliza o grupo pronominal indefinido ‘muitos’ (em “Muitos desses locais são precários e lotados”) e se inclui explicitamente na

representação (em “O que eu fiquei...”) para tecer mais críticas ao espaço. Ela destaca uma ação positiva do centro de acolhida em que ficou, todavia qualifica as atividades desempenhadas de modo negativo, marcando-o pelo qualificador ‘primário’ e, semanticamente, em ‘não despertavam o interesse’.

Ramalho e Resende (2011: 160) explicam que “a avaliação está sujeita a uma escala de intensidade – por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos agrupam-se em conjuntos semânticos de termos que variam de baixa a alta intensidade, como no *continuum* bom/ótimo/ excelente”; desse modo, podemos observar que Maria usa um qualificador e uma expressão semântica que pode decorrer da característica atribuída às ações. Apesar de se situar na representação por meio do ‘eu’, Maria se afasta por modalização (com “na maioria das vezes”) e por novamente não marcar no texto a quem os cursos ou as oficinas eram desinteressantes.

Identidade e resistência

No eixo temático Identidade e Resistência, focalizamos o significado identificacional do discurso. Novamente, devemos ponderar que todos os significados são articulados em todos os momentos de um texto, estando presentes em maior ou menor medida. No tocante à identidade Castells (2000: 24) observa que:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/ espaço.

Assim, a matéria prima de que se valem atores sociais para identificar-se e identificar o mundo é a compreensão do mesmo, que se constrói com base em representações. Não podemos desconsiderar

as construções identitárias enquanto construtos de diferentes experiências individuais, coletivas e sociais. Cada um desses elementos se interconectando e moldando tanto os atores, como os diferentes sistemas sociais. E nessas (trans)formações entendemos, ou pelo menos, buscamos entender como cada um entende e traduz sua realidade.

Vejam os Excerto (3), também extraído do texto “A noite dos albergues”. Nele, Maria – representada como usuária de sistemas de assistência da cidade de Salvador – relata as particularidades de um albergue em que esteve alojada. No desenvolvimento desse relato, ela focaliza as pessoas que estão em situação de rua e as diferenças entre os múltiplos contextos das situações de rua, destacando o sentimento de alguns frente à realidade encontrada no albergue:

- (3) O rompimento de algumas pessoas com a sociedade, antes de ir para as ruas, é tão forte que elas acabam não se adaptando muito às regras do albergue. Na rua você vive num cotidiano de “liberdade”, apesar de ficar privado dos direitos mais básicos. Essa noção de liberdade e ruptura com a vida em sociedade não se encaixa na realidade do albergue, que tem normas para tudo. Tem regra para tomar banho, para jantar, para acender a luz, para sair do quarto.

Maria, no Excerto (3), trata do estranhamento da pessoa em situação de rua relacionada ao entendimento de si no novo contexto do albergue. Podemos observar uma apartação explicitada na divisão entre a população em situação de rua e a ‘sociedade incluída’ (relexicalizada por ‘sociedade’). Tal apartação denota uma consequente mudança de conduta diante das regras socialmente legitimadas; para tanto, ela liga “algumas pessoas” ao albergue em uma relação causal (causa – consequência) que estabelece uma lógica explanatória, a qual, “legitimada pela experiência de quem de fato conhece a situação de rua, estabelece relações de causa e consequência que corroboram para um entendimento algo mais completo da problemática social” (SANTOS, 2013: 104-5). Assim,

justifica, em (3), a causa do desconforto da população em situação de rua atrelando-o ao cenário de exclusão social por que passa o grupo social (ao qual ela pertence).

Maria aborda um tema recorrente no entendimento da situação de rua – o ‘hábito da vivência na rua’, mas não se inclui fazendo o uso do indefinido, em “algumas” e da terceira pessoa, em “elas acabam não se adaptando”. Trata-se de um afastamento mais explícito que passa o sentido de que ela mesma não está inserida (ou melhor, não se insere) nesse grupo de pessoas, apesar de ser parte delas. No período que segue – “Na rua você vive num cotidiano de ‘liberdade’, apesar de ficar privado dos direitos mais básicos” –, esse distanciamento se dá, mais uma vez, ao continuar a justificativa referente a não adaptação ao cotidiano dos albergues; há o emprego do pronome “você”, que exclui o ‘eu’ e coloca o ator social na perspectiva discursiva do outro. Sobre o uso de ‘você’ nas representações de atores sociais, Resende (2008: 158):

As construções com ‘você’ carregam aspectos de indefinição, denotando um maior distanciamento do fato narrado, uma vez que ‘a gente’ guarda relação com ‘nós’, primeira pessoa, enquanto ‘você’ guarda relação com ‘tu’, segunda pessoa, o outro que não ‘eu’. Mesmo que no caso desses usos não se trate propriamente de segunda pessoa, ‘você’ carrega aspectos de segunda pessoa, incluindo-me no evento. (...) A utilização desse ‘você’ indefinido, que putrifica a experiência, somada às escolhas de tempo verbal também resulta em reificação, no sentido de generalização de experiências particulares que são descoladas de seu tempo específico tornando-se atemporais, abstratas.

Realizando uma contraposição de espaços, na qual o albergue, mais uma vez, acaba tendo uma avaliação não-desejável. O ambiente da rua também é avaliado de modo negativo (uma vez que é caracterizado como local de privação de direitos básicos), porém a privação de um deles – “a liberdade” – é, de fato, marcada na ligação com o albergue. Maria, que, no Excerto (2), não localiza a si mesma, segue relacionando o albergue à falta de liberdade, o que pode ser verificado na oração:

“Essa noção de liberdade e ruptura com a vida em sociedade não se encaixa na realidade do albergue, que tem normas para tudo”. E, desse modo, constrói semanticamente representação semelhante àquela feita por Nicomedes no Excerto (1), do ambiente do albergue ditado por regras impostas coercitivamente. Ela expressa ainda o choque entre “cotidiano de liberdade” da rua e a vida em um lugar com “normas para tudo” – o albergue.

Dessa maneira, ela constrói uma identidade de resistência para pessoas em situações de rua, a partir de sua experiência que lhe fornece dados para avaliar qual a melhor situação para se estar. Assim, ela põe em questão o que é oferecido pelos serviços de assistência, apontando suas deficiências, e contrasta a realidade nos albergues com a realidade nas ruas.

Retomando o texto de Sebastião Nicomedes, temos o Excerto (4), que é composto pelos três parágrafos que iniciam o texto. Neles, Sebastião Nicomedes relata a sua ida para a cidade de Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que se trata de uma recontextualização (VAN LEEUWEN, 2008) do evento relatado, serve de base para a formulação identitária, tanto dele próprio quanto de outros atores sociais. Vejamos, pois, o referido excerto:

- (4) Estou vivendo dias de “homem da pista” por um tempo, viajando pelo país afora a escrever um livro sobre a população de rua, contando com uma pequena ajuda de custo de uma amiga, que disponibilizou apoio para que eu atingisse esse objetivo. Tendo suporte para ao menos não passar fome, criei coragem para seguir em frente nas andanças por aí e decidi ir para o Rio de Janeiro, em minha primeira temporada de verão na capital fluminense. Cheguei antes do Carnaval. Costumava assistir aos desfiles pela TV. Resolvi ficar para conhecer a Sapucaí e ver os ensaios.

Nesse trecho particular, os significados representacional e identificacional estão fortemente imbricados, sendo possível, empregar as categorias discursivas ‘transitividade’ e ‘identificação relacional’, que são, *a priori*, relacionadas com o significado

representacional, para compreender as operações linguísticas implicadas na construção do significado identificacional. A esse respeito, Resende (2009: 41) observa que “a construção de identidades e de identificações também está ligada aos processos representacionais de classificação, de elaboração de semelhanças e diferenças”, sendo a forma como se compreende/representa o mundo um meio para a (auto)identificação.

Focalizamos, inicialmente, os processos de transitividade empregados na construção do excerto. No início do primeiro parágrafo, os processos que predominam, cujo Ator é o próprio autor, são processos materiais contínuos, que se desenvolvem “por um tempo”, o que é marcado textualmente pela desinência modo verbal – “Estou vivendo”, “viajando”, “a escrever”. A partir da ação empreendida por outro Ator – a “amiga” de Nicomedes, que “disponibilizou” apoio – passa a haver um predomínio de processos mentais, marcados pela pontualidade temporal – “criei”, “decidi ir”, “resolvi ficar”. Deve-se salientar, que os dois últimos processos descrevem uma relação de volição em relação ao deslocamento/permanência de Nicomedes ao/ no Rio de Janeiro, enquanto que nos processos que iniciam o texto a vontade do Ator é apagada, sendo que constroem a representação de um estado transitório vivenciado por Nicomedes.

O primeiro parágrafo configura-se como uma apresentação do autor para seus/suas leitores/as. Nele, o autor identifica-se como “escritor” que está “vivendo dias de homem da pista por um tempo”, assim, ele formula uma identidade de resistência em duas vias e uma identidade de projeto. Por um lado, ao identificar-se desse modo, ele mostra como a situação de rua não é natural, trata-se de um processo social, que tem como característica central a pontualidade temporal das situações de rua. Assim, neste sentido, a pessoa não é de rua, e sim **está** na rua, por um determinado tempo. Isso pode ser ampliado a qualquer pessoa que se encontre enfrentando as adversidades da pobreza extrema.

Ao mesmo tempo, a identidade de resistência constitui-se por sua individualização como ser humano que relata sua história e que desempenha o papel social de escritor. Essa individualização

marca a resistência à coletivização à que são submetidas as pessoas em situações de rua quando são representadas por veículos da mídia tradicional (PARDO ABRIL, 2008). No mesmo trecho, o autor formula uma identidade de projeto para si, pois por meio de sua atuação como escritor de “um livro sobre a população de rua” ele se afasta da identidade reificada de “homem da pista”, A identidade que ele constrói é de projeto, pois a partir dela ele projeta um futuro para fora da realidade das ruas como escritor.

O excerto seguinte foi retirado do texto ‘Fecharam as pontes. E aí?’, ele é fruto de uma oficina de texto do jornal *Boca de rua*, assim, não tem uma autoria evidenciada, mas a polifonia que é texturizada nos permite identificar diferentes atores sociais como autores/as do texto.

- (5) G. queria ficar num albergue, mas o marido trabalha com frete e carreto e no albergue tem horário para entrar e sair. Também não tem onde deixar o carrinho de papelão. “Vamos para o Demhab e não dão casa, dizem que é só para os casos de desabamento e incêndio”, reclama G.
R. foi preencher uma ficha de emprego e não aceitaram porque ela não tem domicílio fixo. O serviço é que nem uma terapia ocupacional: se a pessoa se concentra, não usa drogas, e está trabalhando.

Um ponto que chama atenção é a representação dessas pessoas. G. e R. nomeiam as vozes de pessoas em situação de rua que buscam agir na sociedade. G. esboça o desejo de deixar a rua à noite e ficar em um albergue, no processo ‘queria ficar’, mas como o albergue segue regras – que não atendem a esse público – ela não pode ficar por conta da atividade laboral do marido. Já buscou ajuda para moradia, junto ao governo (representado, aqui, pelo Demhab⁷) e não conseguiu nada por não se encaixar no rol das vítimas de desabamento, nem de incêndio.

7. Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre, Brasil. “O Demhab é a autarquia responsável pela gestão da Política Habitacional de Interesse Social do Município” (Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=98 >. Acesso em: fevereiro de 2013).

Fato esse que denuncia o despreparo do governo no que tange ao atendimento às pessoas na situação de G. Uma denúncia explícita que há políticas públicas voltadas para vítimas de desabamento e incêndio, mas não para pessoas em situação de rua.

Observamos, no Excerto (5), que, mesmo ocupando um espaço aberto a vozes excluídas em outros contextos, as vozes que representam pessoas em situação de rua foram mantidas no anonimato. Um aspecto bastante significativo é a construção escolhida para a representação de dois atores sociais que vivem, de perto, a realidade dos albergues. G. e R. são representados por uma letra maiúscula e um ponto final. Levando em consideração que a estrutura do texto apresenta o uso de baixa expertise jornalística. Nomeações como essa não ocorrem em mídias convencionais. A representação mais próxima que temos é o uso de iniciais do nome ou a) quando se trata de um/a menor ou b) quando se quer preservar a identidade da vítima ou de um/a possível suspeito e ‘tenciona-se’ preservar sua imagem. É comum, em mídias alternativas, a nomeação do ator social pelo seu apelido, também. Assim, não temos parâmetros para saber o que as citadas letras representam: se é o nome, um sobrenome ou o apelido dessas pessoas. Sabemos, porém, que o uso desse recurso configura preservação da imagem das vozes atribuídas.

O albergue é o espaço mencionado nesse excerto. Ele é descrito como um lugar que tem regras: tem horário de entrada e saída. Não tem estacionamento, ou mesmo um lugar apropriado para que os/as catadores/as que fizerem uso desse espaço possam guardar seus pertences.

“Reflexividade e proposições”

No terceiro eixo de nossa análise, focalizamos o significado acional articulado nos textos dos *Street Papers* que analisamos. Nele, analisamos ação textual empreendida pelos/as autores/as dos textos e dos periódicos. De forma ampla, a ação discursiva, passível de análise a partir da concretude dos textos, justifica e evidencia a pertinências dessas publicações. Como vimos no Excerto (2), a intensa reflexividade

sobre as circunstâncias experienciadas por parte de pessoas em situações de rua constitui uma tônica dessas publicações.

No mesmo sentido, esses periódicos marcam uma oposição entre os procedimentos textuais empreendidos por veículos midiáticos tradicionais, ao passo em que outorga à pessoa representada o espaço para que sua subjetividade seja expressa. Vejamos, pois, o excerto (6), extraído do texto “Fecharam as pontes. E aí?”, de autoria coletiva (pessoas em situações de rua, psicólogos e jornalistas), fruto de uma oficina de produção do jornal *Boca de Rua*:

- (6) Existem prédios e terrenos vazios que poderiam ser usados para construir um local onde se poderia fazer artesanato, morar. Se a pessoa tivesse um serviço para se ocupar todo o dia, para sobreviver e sair dessa rotina, seria melhor. Todo mundo devia ter uma oportunidade de ter um objetivo na vida. O uso da droga já é consequência dessa falta de objetivo. Se as “regras” da sociedade não gerarem essa oportunidade, nada vai mudar. Expor as pessoas do jeito que estão fazendo, cada vez mais, só vai agravar a situação.

No primeiro parágrafo, em: “poderiam ser”, “poderia ser”, “se a pessoa tivesse” “devia ter” destaca-se o caráter proposicional das ideias articuladas, referentes a possíveis ações realizáveis pelo governo e pela sociedade de forma ampla. Essas proposições são construídas por meio de estruturas processuais, cujo centro são verbos que expressam estado (de ligação) e que vêm acompanhados de modalizadores verbais – os auxiliares poder e dever. Deve-se salientar que os dois primeiros processos que se apoiam na modalidade de menor probabilidade, as autoras e autores constroem efetivamente propostas, tendo em vista que são possíveis soluções para a problemática que enfrentam pessoas em situações de rua. Já em “todo mundo deveria ter uma oportunidade”, a modalidade se constrói como obrigatoriedade, o que é reforçado pelo sujeito generalizado “todo mundo”, que inclui pessoas em situações de rua em um espaço, em geral, exclusivo de pessoas que têm maior acesso

a bens materiais e simbólicos. Assim, essa projeção constrói também uma identidade de resistência para pessoas em situações de rua, visto serem agregadas no conjunto social, no espaço de cidadãos e cidadãs que têm (todas/as) o direito de ter uma existência digna.

Todas essas proposições, justapostas carregam um sentido de injunção, o que marca uma novidade na estrutura genérica; não pelo fato de um texto jornalístico trazer uma reflexão de como as coisas deveriam ser, mas porque se trata de mídia alternativa e de pessoas que sofrem as consequências de imposições duras (das “regras da sociedade”). Desse modo, há um esforço para promover a inversão do polo de quem dita e de quem é submetido/a, ou ao menos de abrir um espaço de negociação. Esse trecho é concluído com uma projeção de mudança, por meio de “seria melhor”. Essa projeção existencial também articula uma formulação de identidade de resistência, tendo em vista que mostra o imperativo de mudança para pessoas em situações de rua, e é também uma projeção identitária, ou constrói uma identidade de projeto: sair da rua, conquistar a dignidade a partir do trabalho, entre outros aspectos. Nesse trecho, os/as autores/as também imputam a responsabilidade pelo estado de coisas ao conjunto social, e mais, pela promoção de mudanças, o que se denota em: “Se as ‘regras’ da sociedade não gerarem essa oportunidade, nada vai mudar. Expor as pessoas do jeito que estão fazendo, cada vez mais, só vai agravar a situação”.

Essa atribuição de responsabilidade segue no sétimo excerto. Vejamos o final do texto focalizado:

- (7) O governo está empurrando a situação com a barriga, não resolve o problema. A FASC está falhando. A Prefeitura está falhando. O dinheiro que gastam tapando as pontes podiam usar para construir casas para o povo da rua. O que um morador de rua pode fazer nesta situação?

No começo desse excerto – em “O governo está empurrando a situação com a barriga, não resolve o problema. A FASC está falhando. A Prefeitura está falhando.” – diversos atores sociais

ligados ao governo são representados, “o governo”, “a FASC” (Fundação de Assistência Social e Cidadania) e “a prefeitura” não resolvem o problema e estão sistematicamente falhando. Os atores ora representados são categorizados em dois polos: (i) como aqueles/as que sofrem dos problemas político-econômico-sociais, que são a causa das situações de rua e (ii) como aqueles/as que têm o poder de resolver a situação, mas que aparentemente não o desejam, e “empurram com a barriga” às custas do sofrimento da população em situações de rua. Ao compararmos essas construções com as dos processos referentes ao resultado precário, observamos que são categóricas, significando que a passividade dos órgãos competentes resultará na permanência indefinida da vulnerabilidade dessas pessoas.

O texto se encerra com a questão: “O que um morador de rua pode fazer nesta situação?”. Essa oração, à vez, coloca em questão a efetividade das proposições construídas no texto, posto que retoma a representação reificada “morador de rua” para pessoas em situações de rua, problematizando a realidade que, ao mesmo tempo em que parece ter soluções possíveis, torna-se uma utopia quando agentes legais não se mobilizam para criar estratégias públicas eficientes no tocante a essa questão. Por outro lado, essa questão nos é lançada, e tem como recepção possível a inquietação, e a consequente mobilização de um número maior de pessoas ao redor da causa da população de rua.

Nesse sentido, o representar imbrica-se no agir, pois, ao representar, atores sociais agem sobre sua realidade e constroem simbolicamente alternativas que têm o potencial de promover mudanças nas práticas sociais e, posteriormente, nas estruturas sociais. Na mesma medida, a possibilidade aberta por *street papers* a pessoas que, geralmente, não ocupam a posição de produtores/as de conteúdos simbólicos em textos midiáticos, viabiliza que um número ampliado de leitores/as tenha acesso a perspectivas que são sistematicamente silenciadas pela mídia hegemônica. Assim, também, a atividade discursiva se desdobra sobre a atividade material.

Considerações finais

Os textos apresentam estruturas semelhantes na representação de albergues, dado que chama a atenção, por se tratarem de locais diferentes, em regiões distintas do Brasil – as cidades de Salvador, Porto Alegre e São Paulo. Isso pode ser indicativo de um problema sintomático da falência da assistência social no país, o que corrobora com as perspectivas delineadas por Bourdieu (1998) e por Wacquant (1997, 2001). Esses autores, como vimos, analisam o progressivo abandono das funções sociais do Estado, e observam que há um deslocamento dos recursos, antes destinados a garantir o bem-estar social, a áreas de segurança pública.

Nesse sentido, nossos dados indicam, que não apenas há uma falência do sistema assistencial, mas que, também, há uma colonização de seus campos, por parte de atores sociais que ocupam posições nas práticas de segurança, que passam a atuar nas práticas de assistência, levando consigo formas de agir incongruentes com essas últimas. Isso resulta na exacerbação da violência, tanto material quanto simbólica, que contribui potencialmente para perpetuar assimetrias sociais.

Como vimos, nos três casos analisados, as recontextualizações, instanciadas pela atividade discursiva de atores sociais que padecem de situações de rua, indicam a precariedade e a violência sistemática existente nos albergues e abrigos de cidades brasileiras, que são indicadas como causa da “preferência” pela rua, atribuída a pessoas em situações de rua. Por meio do prisma testemunhal desses atores, é possível tangenciar as práticas sociais envolvidas em sistemas de assistência social brasileiros, compreendendo, evidentemente, que se tratam de representações de ações.

Ao mesmo tempo, por meio dessas representações, foi possível analisar, em profundidade, a construção dos significados identificacional e acional, em textos de atores sociais que, dificilmente, seriam produzidos/lidos caso não houvesse publicações como os *street papers*. Neles, é possível acessar auto-representações e auto-identificações que nos revelam alternativas em termos de identidades de resistência e de projeto para pessoas em situações de rua.

Igualmente, e complementarmente, a essas construções identitárias, ao acessarmos o significado acional mobilizado nos textos que ora focalizamos, podemos evidenciar uma agentividade e um alto grau de reflexividade por parte de atores sociais que têm trajetórias de rua; o que associa construções simbólicas alternativas às maneiras como tradicionalmente são vistas pessoas em situações de rua.

Nesse sentido, mesmo padecendo das pressões simbólicas e materiais que reiteram a precariedade de suas condições de vida, esse grupo de pessoas se articula e procura a mudança por meio da mobilização social. A essa gana pela mudança, associam-se ações como as das ONGs Alice e OCAS, e da associação Comunidade da Trindade, que, por meio da produção de periódicos, abre espaços discursivos para que grupos de pessoas sistematicamente desprivilegiadas possam expressar suas subjetividades e demandas.

Nesse particular, verificamos a exposição da vulnerabilidade do sistema público de assistência, que é representado como um recurso ao desabrigo, ao mesmo tempo em que é questionado, por oferecer obstáculos para a efetiva superação da problemática social da situação de rua. A partir dessa análise, propomos uma explanação crítica social acerca das contradições existentes em um sistema assistencial que não, em que a tônica é a violência sistêmica e sistematizada, a partir do prisma de seus/suas usuários/as que apresentam um posicionamento reflexivo em relação ao tratamento que lhes é dispensado em albergues, abrigos e hotéis da rede.

Optando pela abordagem teórico-metodológica da ADC e suas categorias analíticas, vemos, na representação discursiva de pessoas em situação de rua acerca dos albergues – apresentados em textos dos periódicos “Ocas”, Aurora da Rua e Boca de Rua –, uma possibilidade de investigar as situações de rua a partir da visão particular de quem sofre de suas consequências. As representações feitas são interessantes ao objetivo da investigação, por estarem realizadas em veículos de comunicação conformes à proposta dos *street papers* (e seu entendimento global de inserção da sociedade em questões abordadas de forma negligente pelos veículos de massa hegemônicos), que, assim como a ADC, visam à emancipação e mudança sociais.

Assim, nossos dados indicam a gravidade da(s) questão(ões) relacionadas as realidades de pessoas que necessitam passar pelos sistemas de assistência social no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de se problematizarem aspectos mais profundos das situações de rua, no intento de ir além do que estatísticas, como as levantadas pela Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, realizada pelo Governo Federal Brasileiro, em 2008, limitam-se a mostrar; pois evidenciam a pluralidade de construções identitárias de grupos sociais desprivilegiados.

Nessa perspectiva, procuramos contribuir, também pela via da produção científica, para a superação de arranjos assimétricos de poder, ao focalizarmos textos que mobilizam esses significados.

Recebido em: 30/10/2012

Aprovado em: 1/12/2012

acosta.pilar@gmail.com

deia.santos27@yahoo.com.br

gepasan@gmail.com

Referências bibliográficas

Acosta. M. P. T. “Não deu no rádio, no jornal ou na televisão” – Análise discursiva crítica de textos do jornal o trecheiro. Relatório de Pesquisa de Monografia de conclusão de curso (Letras). Brasília, 2009.

_____. Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em “Ocas” e em o Trecheiro. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2012.

Acosta M. P. T.; Resende, V. M. Análise de Discurso Crítica: reflexões sobre a investigação discursiva de contextos organizacionais de resistência. In Marchiori, M. (Org.) *Coleção Faces da cultura e da comunicação – Linguagem e Discurso*. Londrina: Eduel, no prelo.

Bourdieu, P. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.

Castells, M. *O poder da identidade*. Tradução Klaus brandinha Gerhard. 2. Ed. São Paulo: paz e terra, 2000.

Chouliaraki, L.; Fairclough, N. *Discourse in late modernity – Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

Fairclough, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 2011 [1975].

Harvey, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a modernidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

Ramalho, V.; Resende, V. M. *Análise de discurso para a crítica*. Campinas: Pontes, 2011.

Resende, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado (Linguística). Universidade de Brasília, 2008.

_____. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*. Campinas: Pontes, 2009.

Resende, V. M.; Acosta, M. P. T. *Mudança discursiva no jornal o trecheiro*. In *Mudanças estruturais no jornalismo*. Brasil, França e México: no prelo.

Resende, V. M.; Ramalho, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

Santos, M. *O espaço dividido – Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1979].

_____. *Pobreza Urbana*, São Paulo, Hucitec, 1978.

Santos, G. P. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2013.

Sousa Santos, B. *A crítica da governação neoliberal: o fórum social mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*. *Revista crítica de ciências sociais* (72)2005.

van Dijk, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

van Leeuwen, T. *Discourse and practice. New tools for Critical Discourse Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Wacquant, L. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, P. (org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 167-176.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.